

Banco KDB do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras
consolidadas do conglomerado
prudencial em 31 de dezembro
de 2021

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do	
Conglomerado Prudencial	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco KDB do Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Circular nº 3.068/01 - BACEN

O Banco KDB do Brasil S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, no montante de R\$ 84.174 mil, representando 5,3% do total de Títulos e Valores Mobiliários.

Perfil Institucional:

O Banco KDB do Brasil S.A. é uma subsidiária do *The Korea Development Bank* “KDB”, instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o Banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia.

Desempenho financeiro:

O total de ativos montou R\$ 1.736.046 mil em 31 de dezembro de 2021. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 7.771. Com isso, o Patrimônio Líquido apresentou um aumento de 3,1%, alcançando R\$ 288.277 mil.

Índice da Basileia:

Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia atingiu 81,89%, sendo 173,56% (2020).

Agradecemos ao acionista e nossos clientes pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos funcionários que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 29 de março de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

À

Diretoria

Banco KDB do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco KDB do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco KDB do Brasil S.A. (“Banco”) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referente ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de março de 2022.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas n.º 2 e 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

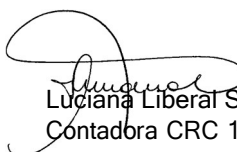
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6


Luciana Liberal Sãmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

BANCO KDB DO BRASIL S.A.
CONGLOMERADO PRUDENCIAL
BALANÇO PATRIMONIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	4.482	2.486	Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.441.456	1.224.107
Instrumentos financeiros		1.730.223	1.503.166	Depósitos	12	156.969	671.833
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	20.405	181.192	Depósitos à vista		132.596	77.639
Aplicações no mercado aberto		20.405	161.144	Depósitos a prazo		24.373	594.194
Aplicações depósitos interfinanceiros		-	20.048	Obrigações por empréstimos e repasses	13	1.270.905	522.608
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.592.678	1.294.625	Empréstimos no exterior		1.270.905	522.608
Carteira própria	6	1.530.912	1.206.074	Instrumentos financeiros derivativos	7	13.470	29.659
Vinculados à prestação de garantias	6	60.988	88.551	Instrumentos financeiros derivativos		13.470	29.659
Instrumentos financeiros derivativos	7	778	-	Outros passivos financeiros		112	7
Relações interfinanceiras		3.077	1.357	Carteira de câmbio	14.a	112	7
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central do Brasil		3.077	1.357	Provisões	16	963	1.112
Carteira de crédito	8.a	74.709	25.985	Obrigações fiscais	15	5.010	1.823
Operações de créditos		74.709	25.985	Correntes		4.918	1.670
Outros ativos financeiros		39.354	7	Diferidas		92	153
Carteira de câmbio	9	111	7	Outros passivos	17	340	339
Outros Créditos com característica de concessão de crédito	8.a	39.243	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		288.277	279.593
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(558)	(257)	Capital social:			
Operações de crédito	8.b	(558)	(257)	de domiciliados no exterior		552.891	552.891
Outros ativos	10	953	1.018	Reserva de lucros		829	829
Imobilizado de uso	11.a	2.554	2.155	Outros resultados abrangentes		52	(861)
Outras imobilizações de uso		2.554	2.155	Prejuízos acumulados		(265.495)	(273.266)
Intangível	11.b	875	772	TOTAL DO PASSIVO		1.736.046	1.506.974
Ativos intangíveis		875	772				
Depreciações e amortizações		(2.483)	(2.366)				
(Depreciações acumuladas)	11.a	(1.698)	(1.594)				
(Amortização acumulada)	11.b	(785)	(772)				
TOTAL DO ATIVO		1.736.046	1.506.974				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		124.596	75.263	235.002
Operações de crédito	8.c	3.464	9.492	9.920
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	53.173	75.978	38.178
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		64.762	(1.353)	172.511
Resultado de operações câmbio	6.d	3.197	(8.854)	14.393
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(104.623)	(37.438)	(240.038)
Operações de captações no mercado		(1.601)	(4.404)	(6.649)
Operações de empréstimos e repasses	19.a	(103.022)	(33.034)	(233.389)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		19.973	37.825	(5.036)
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(387)	(301)	(257)
(Provisão)/Reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.b	(387)	(301)	(257)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(10.236)	(23.008)	17.972
Receitas de prestação de serviços		1.082	2.285	2.707
Despesas de pessoal	23	(5.968)	(11.732)	(9.950)
Outras despesas administrativas	24	(3.513)	(6.819)	(6.371)
Despesas tributárias	25	(1.135)	(2.110)	(2.060)
Provisões/Reversões	26	(572)	(487)	1.489
Outras receitas operacionais	27	30	57	37.428
Outras despesas operacionais	28	(160)	(4.202)	(5.271)
RESULTADO OPERACIONAL		9.351	14.516	12.679
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		53	(17)	100
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		9.405	14.499	12.779
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.973)	(5.931)	(3.749)
Provisão para imposto de renda	18	(2.323)	(2.949)	(1.993)
Provisão para contribuição social	18	(2.519)	(3.042)	(1.660)
Passivo fiscal diferido		869	60	(96)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO		(541)	(798)	(743)
LUCRO LIQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		4.890	7.771	8.287
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES – EM R\$		0,01	0,01	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO KDB DO BRASIL S.A.
CONGLOMERADO PRUDENCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O 2º SEMESTRE DE 2021 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ações)

	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LIQUIDO	4.890	7.771	8.287
Itens que serão reclassificados para o resultado			
Outros resultados abrangentes	597	913	(794)
Ganhos/(Perdas) não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda	1.193	1.826	(1.444)
Efeito fiscal	(597)	(913)	650
RESULTADO ABRANGENTE	5.487	8.683	7.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	552.891	829	(67)	(281.553)	272.100
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	(794)	-	(794)
Lucro líquido	-	-	-	8.287	8.287
Saldos em 31 de dezembro de 2020	552.891	829	(861)	(273.266)	279.593
Mutações do Período	-	-	(794)	8.287	7.493
Saldos em 31 de dezembro de 2020	552.891	829	(861)	(273.266)	279.593
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	913	-	913
Lucro líquido	-	-	-	7.771	7.771
Saldos em 31 de dezembro de 2021	552.891	829	52	(265.495)	288.277
Mutações do Período	-	-	913	7.771	8.684
Saldos em 30 de Junho de 2021	552.891	829	(861)	(273.266)	279.593
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	316	-	316
Lucro líquido	-	-	-	2.880	2.880
Saldos em 31 de dezembro de 2021	552.891	829	(545)	(270.386)	282.789
Mutações do Período	-	-	316	2.880	3.196

	Nota explicativa	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido semestre		4.891	7.771	8.287
Depreciações e amortizações		127	236	196
Reversão/(Provisão) de processo trabalhista	26	-	-	(521)
Variação cambial de obrigações por empréstimos e repasses		100.399	28.150	(37.357)
Reversão de provisão de outras despesas administrativas	26	(38)	(113)	(600)
Reversão de provisão de PLR	26	-	(314)	(218)
Reversão de provisão de fundos de investimentos	26	-	-	(40)
Reversão/(Provisão) para perdas com títulos privados	26	611	915	(77)
Provisão para perdas associadas a carteira de crédito	8.b	387	301	257
Lucro líquido ajustado		106.377	36.947	(30.073)
Variação de ativos e passivos:		(191.509)	(945.926)	205.007
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		27.943	(230.275)	(203.160)
(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências		(813)	(1.720)	(764)
(Aumento) em operações de crédito		(78.757)	(87.783)	(25.985)
(Aumento) / Redução em outros ativos financeiros		347	(287)	8.053
(Aumento) / Redução em outros ativos		13	66	132
Aumento/(Redução) em depósitos		(42.280)	(514.864)	579.488
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		(100.233)	(113.718)	(139.568)
Aumento / (Redução) em outros passivos financeiros		(600)	104	(8.505)
Aumento / (Redução) em outros passivos		4.380	6.204	4.305
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.508)	(3.652)	(8.989)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		(85.131)	(908.980)	174.934
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(235.191)	(83.053)	(54.009)
Aquisição de imobilizado de uso		(471)	(518)	(114)
Aquisição de intangível		(14)	(104)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(235.676)	(83.675)	(54.123)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento / (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		231.847	833.862	27.375
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades de financiamento		231.847	833.862	27.375
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(88.960)	(158.791)	148.186
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	4	113.847	183.678	35.492
Caixa e equivalentes de caixa - final do período	4	24.887	24.887	183.678
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(88.960)	(158.791)	148.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco KDB do Brasil S.A. (Banco) com sede em São Paulo, foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil em 18 de outubro de 2005, atua como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen por meio da Resolução CMN nº 4.280, de 31.10.2013, e da Circular Bacen nº 3.701 de 13.03.2014, que determinam o escopo de consolidação, restringindo-se às instituições financeiras e assemelhadas.

Na elaboração das demonstrações financeiras do consolidado prudencial foram eliminados os saldos de balanço e o resultado das transações entre as empresas:

Descrição	Atividade	Percentual de participação	Patrimônio Líquido
Banco KDB do Brasil S.A.	Banco Múltiplo	100%	288.277
Agro Brasil e Precatórios Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados	FIDC	100%	1.448

Total dos ativos, passivos e patrimônio líquido do FIDC Agro em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão apresentadas a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo	1.507	2.089	Passivo	59	41
Disponibilidades	7	6	Outras obrigações	59	41
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.199	1.732			
Títulos e valores mobiliários	301	351	Patrimônio líquido	1.448	2.048
Total do ativo	1.507	2.089	Total do passivo	1.507	2.089

Conforme estabelecido na Resolução BCB nº 02/20, que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular BACEN nº 3.959/19. O objetivo principal dessas normas é trazer similiaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, “*International Financial Reporting Standards (IFRS)*”. Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras atendendo aos requerimentos da respectiva norma, onde destacamos que as principais alterações foram:

- as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme artigo 5º da Circular BACEN nº 3.959/19). Mesmo a Resolução BCB nº 02 facultando esta apresentação, a Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informações mais relevantes e confiáveis para os usuários. A abertura de segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- os saldos do Balanço Patrimonial estão sendo apresentados comparativamente com o do final exercício social imediatamente anterior;
- as demais demonstrações devem ser comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.
- adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: instrumentos financeiros, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, outros ativos, depósitos e demais instrumentos financeiros, obrigações fiscais diferidas, provisão para contingências e outros passivos;
- mudança de alocação na demonstração do resultado “Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito” passando a ser apresentado logo após “Resultado bruto da intermediação financeira”;
- apresentação na demonstração do resultado da provisão para contingências em linha específica em: “Reversões/(Despesa) de provisões para contingências”;
- inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente (conforme artigo 25º da BCB nº 02);
- inclusão da apresentação de resultado recorrente e não recorrente de forma segregada.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;

b) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;

c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;

d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

- e) **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- f) **CPC 24** - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- g) **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- h) **CPC 00 (R1)** - Pronunciamento Conceitual Básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; e
- i) **CPC 33 (R1)** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- j) **CPC 46** – Mensuração ao valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

Na elaboração das demonstrações financeiras, certos valores são registrados por estimativa as quais são estabelecidas com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para perdas sobre títulos e valores mobiliários, provisões judiciais, entre outros.

A Administração do Banco revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2022.

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até a data das demonstrações financeiras.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo prazo das operações na data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta

liquidez e com risco insignificante de mudança de valor utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado e classificados pela Administração de acordo com a intenção de negociação independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento;
- (ii) **Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram como para negociação** nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

d. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 e a Carta-Circular nº 3.026/02 do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de “swaps” são contabilizados em conta de ativo e/ou passivo, respectivamente, apropriado como receita e/ou despesa “pro rata” dia até a data das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

i. Política de utilização:

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às necessidades de gerenciamento de riscos de mercado.

ii. Gerenciamento:

O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, pré-fixada e dólar.

iii. Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 S.A. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado.

e. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão registradas pelo valor concedido acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. Para as operações em atraso acima de sessenta dias o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento. As classificações estão de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.

f. Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

g. Imobilizado e Intangível

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados, veículos e 10% a.a. para os demais itens.

De acordo com a Resolução nº 4.535/16 do Bacen, o imobilizado de uso é registrado os bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das suas atividades ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade, obedecendo os critérios da Resolução nº 4.535/16 do Bacen. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i. Depósitos e letras cambiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente R\$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A alíquota de contribuição social é 20% e sofreu suas alterações com vigência a partir de 1º de março de 2020 que foi elevada de 15% para 20%, nos termos do art. 32 da Emenda Constitucional nº 103/2019. Conforme Lei 14.183, para o período de julho à dezembro de 2021, a alíquota de CSLL será de 25%, retornando para 20% a partir de janeiro de 2022

Conforme estabelecido na Resolução BCB nº 4.842/20, que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 3.059/02 e a Resolução CMN nº 3.355/06, embora o Banco possua prejuízos acumulados de anos anteriores, a instituição não efetua o registro contábil de ativos fiscais diferidos por não atender cumulativamente todos os critérios do art. 4º da Resolução BCB nº 4.842/20.

k. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes – São classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.

Provisão para passivos contingentes - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - Referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

I. Resultado Recorrente e não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB Nº 2, de 12/08/2020, o Banco KDB do Brasil S.A. classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria. Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades não usuais da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades regulares e habituais da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Segue demonstrado em tabela os efeitos da majoração da alíquota sobre os valores correntes e valores diferidos na contribuição social, para as instituições financeiras, reconhecido na linha do Imposto da Contribuição Social e Passivo Fiscal Diferido.

Resultado Não recorrente		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	7.771	8.287
Provisão para contribuição social ⁽¹⁾	(608)	-
Passivo fiscal diferido ⁽¹⁾	84	-
Lucro líquido do exercício	7.247	8.287

(1) Efeitos da majoração da alíquota de CSLL que foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4.482	2.486
Aplicações em operações compromissadas ⁽¹⁾	20.405	161.144
Aplicações depósitos Interfinanceiros	-	20.048
Total	24.887	183.678

(1) Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias.

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a. Aplicações no mercado aberto:

Descrição	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Após 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em operações compromissadas	20.405	-	-	20.405	161.144
Total	20.405	-	-	20.405	161.144
Circulante	20.405	-	-	20.405	161.144
Não Circulante	-	-	-	-	-

b. Aplicações depósitos interfinanceiros:

Descrição	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Após 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações dep. interfinanceiro	-	-	-	-	20.048
Total	-	-	-	-	20.048
Circulante	-	-	-	-	20.048
Não Circulante	-	-	-	-	-

6 Títulos e valores mobiliários

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado:

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.177.987	1.163.851
Letras do Tesouro Nacional – LTN	94.967	-
Debêntures	87.121	15.687
LF - Letra Financeira	20.109	-
Aplicações em Títulos no Exterior (i)	150.728	26.536
Subtotal	1.530.912	1.206.074
Vinculadas à prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	60.988	88.551
Subtotal	60.988	88.551
Total	1.591.900	1.294.625
Circulante	949.298	900.997
Não Circulante	642.602	393.628

(i) As aplicações em títulos no exterior são compostas por títulos adquiridos no mercado secundário financeiro do exterior, no montante de 150.728 (R\$26.536 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Vinculadas à prestação de garantias são compostas por Letras financeiras do Tesouro garantias de B3 S.A no montante de R\$ 60.988 (R\$ 88.551 em 31 de dezembro de 2020)

O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela ANBIMA.

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Os títulos no exterior estão custodiados na Euroclear pelo Banco KDB London. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos foi apurado com base no preço dos títulos, divulgados pela Bloomberg.

Os valores de mercado das cotas dos fundos de investimento são apurados segundo modelo de precificação desenvolvido pelos seus Administradores e são divulgados diariamente para a CVM.

b. Classificação por categorias e prazos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020			
	Até 360 dias	Acima 360 dias	Valor de mercado	Valor de custo	Ajuste de mercado	Valor de mercado
Disponíveis para venda						
Letras do Tesouro Nacional – LTN	94.967	-	94.967	94.967	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	806.872	432.103	1.238.975	1.238.794	180	1.252.401
Debentures (ii)	2.946	-	2.946	2.946	-	2.902
Aplicações em Títulos no Exterior	27.965	-	27.965	27.965	(296)	26.537
Mantidos até o vencimento						
Debentures (ii)	16.548	67.627	84.175	84.175	-	12.785
Letra Financeira - LF	-	20.109	20.109	20.109	-	-
Aplicações em Títulos no Exterior	-	122.763	122.763	122.758	-	-
Total	949.298	642.602	1.591.900	1.591.423	(116)	1.294.625

(i) O valor de mercado das Letras financeiras do Tesouro – LFT e Títulos e Valores Mobiliários, foram apurados com base em cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Portanto, classificados como Nível 1.

(ii) O valor de mercado das Debêntures foi obtido pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidos através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado. Portanto, classificados como Nível 2.

Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ (116), (R\$ (1.022) em 31 de dezembro de 2020) os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários no montante de R\$ 385 (R\$ (861) em 31 de dezembro de 2020).

c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de renda fixa	38.858	59.083	32.306
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.907	8.257	4.699
Títulos e valores mobiliários no exterior	8.408	8.638	1.166
Aplicações em fundos de investimentos	-	-	7
Total	53.173	75.978	38.178

d. Resultado de operações com operações de câmbio:

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Resultado com operações de câmbio	3.197	(8.854)	14.393
Total	3.197	(8.854)	14.393

7 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as posições dos instrumentos financeiros derivativos foram as seguintes:

a) Valores de diferencial a receber e a pagar:

Descrição	31/12/2021 Valor de mercado	31/12/2020 Valor de mercado
Swap - diferencial a receber	778	-
Swap - diferencial a pagar	(13.470)	(29.659)
Total Swap	(12.692)	(29.659)

b) Composição do valor de referência por vencimento:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020
	Até 1 ano	Total	Total
Swap	1.029.732	1.029.732	496.827
Total	1.029.732	1.029.732	496.827

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)

c) Composição por indexador:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de Swap						
Posição	778		1.029.732	-	(29.659)	496.827
DOL x DI	778	(13.470)		-	(29.659)	496.827
Total	778	(13.470)	1.029.732	-	(29.659)	496.827

d) Valor de referência por local de negociação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Balcão (B3 S.A.)	Balcão (B3 S.A.)
Operações de swap	1.029.732	496.827
Total	1.029.732	496.827

8 Operações de crédito

a) composição da carteira por tipo de operação

- i. Concentração das operações de crédito, por tipo de operação e concentração por atividade:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito		
Capital de Giro	74.709	25.985
Outros Créditos com característica de concessão de crédito		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	39.059	-
Rendas a Receber de Adto. Concedido	184	-
Total	113.952	25.985

- ii. Composição da carteira de crédito, por faixa de vencimento das operações:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas a vencer de 91 a 360 dias	113.952	25.985
Total	113.952	25.985

iii. Créditos concedidos por nível de risco

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Nível AA	113.952	(558)	-	-
Nível A	-	-	25.985	(257)
Total	113.952	(558)	25.985	(257)

(i) Como a Resolução 2.682 menciona apenas os limites mínimos de provisão, a administração avaliou e decidiu constituir 0,49% de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mesmo com a classificação da operação de crédito em “AA”.

b) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos é assim resumida:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(257)	-
(Constituição) / Reversão	(301)	(257)
Saldo final	(558)	(257)

O saldo de operações recuperadas foi de R\$ 727 (R\$ 0 em 2020), em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houveram saldos de operações renegociadas e baixadas para prejuízo.

c) Resultado das operações de créditos

Descrição	2º semes re/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de operação de crédito	2.737	3.664	372
Recuperação de Créditos	727	5.828	9.548
Saldo final	3.464	9.492	9.920

9 Outros ativos financeiros – Câmbio

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Câmbio comprado a liquidar	111	7
Total	111	7

10 Outros ativos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos a ressarcir	482	543
Depósitos para caução de aluguel	300	300
Adiantamentos e antecipações salariais	91	78
Depósitos judiciais	38	11
Despesas antecipadas	36	82
Outros	6	5
Total	953	1.018
Circulante	615	707
Não Circulante	338	311

11 Imobilizado de uso e intangível

a. Imobilizado:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	188	(174)	14	188	(171)	17
Móveis e equipamentos de uso	309	(281)	28	300	(274)	26
Sistema de comunicação	418	(315)	103	431	(292)	139
Sist.de processamento de dados	1.017	(377)	640	612	(391)	221
Sistema de transporte	622	(552)	70	623	(466)	157
Total	2.554	(1.698)	855	2.155	(1.594)	560

b. Intangível:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais	875	(785)	90	772	(772)	-
Total	875	(785)	90	772	(772)	-

12 Depósitos

Descrição	Sem vencimento	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 5 anos	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos à vista	132.596	-	-	-	132.596	77.639
Depósitos a prazo	-	23.572	54	747	24.373	594.194
Total	132.596	23.572	54	747	156.969	671.833
Circulante					156.168	637.587
Não Circulante					801	34.246

13 Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações em moedas estrangeiras - Exportação até 360 dias (i)	39.092	-
Obrigações em moedas estrangeiras - Outras Obrigações (ii)	1.187.169	496.627
Obrigações por empréstimo no exterior - Outras Obrigações (iii)	44.644	25.981
Total	1.270.905	522.608
Circulante	1.103.498	522.608
Não Circulante	167.407	-

- (i) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 7.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros 1,75% com vencimento em até 1 ano. O empréstimo captado teve como finalidade a operação de Adiantamento de contrato de câmbio.
- (ii) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 207.500 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média 5,24% a.a + LIBOR (em 2020 a taxa de juros média foi de 2,93% a.a + LIBOR), com vencimentos em até 90 dias; até 365 dias e acima de 365 dias.
- (iii) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 5.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média 1,61% a.a + 3 meses de LIBOR acrescido de 0,79% a.a, com vencimentos em até 1 ano. O empréstimo captado teve como finalidade a operação de repasse com atendimento a Resolução 2770 e IN RFB nº 1154/2011.

14 Outros passivos financeiros

a. Câmbio:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Câmbio Vendido a Liquidar	37.063	7
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	(36.952)	-
Total	112	7
Circulante	112	7
Não Circulante	-	-

15 Obrigações Fiscais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda a pagar	3.542	1.202
Provisão para impostos e contribuições diferidos	92	153
Impostos e contribuições sobre salários	593	308
Provisão para impostos - PIS, COFINS e ISS	224	49
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	77	111
Cobrança Arrecad. Trib. Assemelhados	482	-
Total	5.010	1.823
Circulante	4.918	1.670
Não Circulante	92	153

16 Provisões

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão a pagar sobre outras despesas administrativas	367	522
Provisão a pagar sobre 13º salário, férias e encargos	562	444
Provisão a pagar sobre outros	34	145
Cobrança Arrecad. Trib. Assemelhados	-	1
Total	963	1.112
Circulante	963	1.112
Não Circulante	-	-

17 Outros passivos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e estatutários	340	339
Total	340	339
Circulante	340	339
Não Circulante	-	-

18 Imposto de renda e contribuição social

O quadro abaixo demonstra a apuração dos impostos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	13.701	12.036
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	3.685	(177)
- Despesas indedutíveis	6.463	3.905
- Outros	(2.778)	(4.082)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	5.216	3.557
Imposto de renda e contribuição social	(6.061)	(3.711)
Incentivos fiscais	70	58
Resultado de imposto de renda e da contribuição social	(5.991)	(3.653)

O total da base negativa da contribuição social em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$ 222.771 (R\$ 227.986 em 31 de dezembro 2020). Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

19 Partes relacionadas

a. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas estão representadas por:

Operações	Grau de relação	31/12/2021		31/12/2020	
		Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas)	Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas)
Depósitos à vista	Ligada	(151)	-	(551)	-
Depósitos à prazo	Ligada	(53)	(1)	(879)	(8)
Obrigações por empréstimos e repasses	Controlador	(1.270.905)	(33.034)	(552.608)	(233.389)

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 6.375 (R\$ 5.759 em 31 de dezembro de 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 552.891 e está dividido em ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Atualmente, o Banco não distribui dividendos e não constitui o montante de reserva legal, pois destina 100% do lucro líquido do exercício para absorção de prejuízos acumulados.

21 Gerenciamento de risco

A Gestão de Riscos no Banco KDB do Brasil S.A. conta com quatro frentes de atuação: Gestão de risco de mercado, operacional, liquidez e crédito. A gestão de risco é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Banco, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

- a) **Risco de mercado** - A Gestão de riscos de mercado implica no monitoramento e a revisão da exposição à variação cambial e taxas de juros relacionada às atividades de transferência de valores, por aprovar contrapartes, designar taxas de risco internas e estabelecer limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

Posições de instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

O Banco apresenta três cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

1 - Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.

2 - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

3 - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

I – Demonstrativo de Posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação / Carteira protegida	Risco	Valor de referência Financeir o derivativo	Valor Ativo	Valor Passivo	MTM
Hedge Cambial	Câmbio	920.732	1.031.858	(1.044.549)	(12.691)

Operação	Risco	MTM Exposição Líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Hedge Cambial	Derivativo (risco queda US\$)	1.031.858	10.319	257.965	515.929
Dívida em moeda estrangeira	Dívida (risco aumento US\$)	(1.044.549)	(10.445)	(261.137)	(522.275)
	Efeito Líquido		(127)	(3.173)	(6.346)

b) Risco operacional - A natureza dos negócios do Banco KDB do Brasil S.A. é caracterizada por um pequeno número de operações diárias e depende de seus sistemas de processamento de dados e de tecnologias operacionais. A Gestão de risco operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas.

- c) Risco de liquidez** - É gerenciado de forma a manter a capacidade de liquidação das obrigações por pagamentos e retenção de ativos de alta qualidade e liquidez contra situações de crise e, portanto, estabelecer uma estrutura sólida tanto financeira quanto operacional. O Banco KDB do Brasil S.A. administra o risco de liquidez utilizando vários métodos tais como: descasamento de vencimentos, *stress tests* e etc.
- d) Risco de crédito** - Entende-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador,
- e)** a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Banco KDB do Brasil S.A. está preparado para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados aos créditos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

22 Patrimônio de Referência

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (“PR”) compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.193/13, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência – PR, e entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Esse índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

BASILEIA	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência Nível I	288.187	279.593
Capital Principal	288.187	279.593
Patrimônio Líquido	288.277	279.593
(-) Ajustes Prudenciais	(90)	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	288.187	279.593
ATIVO PONDERADO PELO RISCO - RWA	351.931	161.089
Risco de crédito	280.693	84.295
Risco de mercado	522	1.407
Risco operacional	70.716	75.387
ÍNDICE DA BASILEIA	81,89%	173,56%

O Banco KDB do Brasil S.A., de acordo com a Circular n.º 3.930/19, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência. O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no site do Banco.

23 Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Pró-labore diretoria	(3.216)	(6.375)	(5.759)
Proventos	(1.634)	(3.200)	(2.453)
Benefícios e treinamento	(573)	(1.061)	(858)
Encargos sociais	(545)	(1.088)	(848)
Remuneração de estagiários	-	(8)	(31)
Total	(5.968)	(11.732)	(9.950)

24 Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Aluguéis	(519)	(1.070)	(1.190)
Serviços do sistema financeiro	(533)	(1.115)	(1.230)
Processamento de dados	(583)	(1.207)	(1.019)
Comunicações	(218)	(508)	(469)
Serviços técnicos especializados	(691)	(1.152)	(515)
Depreciação e Amortização	(127)	(236)	(196)
Taxa de administração do Fundo	(167)	(310)	(334)
Condomínio	(94)	(208)	(246)
Transportes	(86)	(155)	(91)
Serviços de terceiros	(83)	(165)	(139)
Materiais	(72)	(108)	(61)
Taxas e emolumentos	(62)	(74)	(367)
Propaganda, promoções e publicidade	(57)	(142)	(76)
Manutenção e conservação de bens	(39)	(79)	(100)
Água, energia e gás	(21)	(36)	(37)
Viagens	(18)	(30)	(88)
Seguros	(9)	(25)	(27)
Serviços de vigilância e segurança	(2)	(4)	(3)
Outras	(132)	(195)	(182)
Total	(3.513)	(6.819)	(6.371)

25 Despesas tributárias

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição à Cofins	(915)	(1.549)	(1.486)
Contribuição ao PIS	(149)	(252)	(242)
Imposto sobre serviços - ISS	(69)	(147)	(168)
Impostos municipais e outros	(3)	(162)	(164)
Total	(1.135)	(2.110)	(2.060)

26 Provisões

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Provisão/(Reversão) de contingências trabalhistas	-	-	521
Provisão / (Reversão) para perdas com Títulos Privados	(611)	(915)	77
Reversão de Provisão PLR	-	314	218
Reversão de Provisão Outras Despesas Adm Indedutíveis	38	113	600
Reversão de Prov Fundos de Investimentos	-	-	40
Outras	-	-	33
Total	(572)	(487)	1.489

27 Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Variação Cambial Positiva	-	-	37.357
Outras Receitas Operacionais	30	57	71
Total	30	57	37.428

28 Outras despesas operacionais

Descrição	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial	-	-	(4.310)
Despesa Proc Jud. Cíveis	-	(3.784)	-
Despesa Proc Jud. Trabalhista	(15)	(116)	(510)
Manutenção de conta no exterior	(145)	(303)	(354)
Juros e multas sobre recolhimento em atraso	-	(0)	-
Outras	-	-	(97)
Total	(160)	(4.202)	(5.271)

29 Outros Assuntos

O Banco KDB mediante a decretação do estado de calamidade Pública em decorrência da Pandemia da Covid-19 adotou medidas seguindo as recomendações dos órgãos competentes, para minimizar os impactos, priorizando a saúde e bem estar. Implantou o sistema de trabalho Home Office para 100% dos colaboradores, adequando o formato de atendimento e formalizações para o novo ambiente de trabalho.

* * *

Young Kyoon Ahn
Presidente

Woo Seog Jang
Diretor

Marcelo Ferreira Ubida
Contador: CRC 1SP 262447/O-9